



Entram em ação os educachatos

Silva Braccio ■

Ludmila Alexandre Dias (7 anos), Luiz Henrique Feijó Rollo (8 anos) e Paulo Sérgio Dias (20 anos) são exceções na realidade do sistema educacional brasileiro. Têm acesso ao ensino público e às condições imprescindíveis para tirar o melhor proveito da educação oferecida. Portanto, os três são também o retrato mais nítido do que se espera construir na educação brasileira até setembro de 2022, quando o Brasil vai comemorar o bicentenário de sua independência.

As duas crianças são colegas na 1ª série do ensino fundamental e já lêem e escrevem com desenvoltura. Adoram ir à biblioteca do colégio e em casa recebem todo o apoio e o acompanhamento dos pais. Paulo Sérgio concluiu o ensino médio em escola pública, passou no vestibular de Direito e já cuida da própria vida com independência (*leia quadro nas páginas seguintes*). "A educação é o que vai garantir a qualidade de vida e o salário do meu



filho no futuro”, diz Luiz Felipe – pai do menino Luiz – e pede mais capricho na letra do ditado.

Todos pela educação – O *Compromisso Todos pela Educação* foi lançado em 6 de setembro passado, em São Paulo, bem em frente ao Museu do Ipiranga. A data e o local não foram escolhidos por acaso: fazem referência simbólica à importância da educação para a construção de um Brasil verdadeiramente livre e independente. O grito da independência só terá sentido real quando houver educação – de qualidade – para todos, acreditam os líderes do movimento.

Recém-lançado, o *Compromisso* já conta com a adesão de 350 líderes empresariais, governamentais e de organizações da sociedade civil. O grupo, que planeja o movimento desde outubro de 2005, é representado na iniciativa privada por empresários como Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau) e Antonio Jacinto Mathias (Banco Itaú), entre muitos outros. Também já aderiram ao movimento importantes representantes do Terceiro Setor como Milú Vilela (Fundação Itaú Social), Ana Maria Diniz (Instituto Pão de Açúcar) e Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) e organizações, como Unicef e Unesco. Na esfera pública, estão comprometidos com a iniciativa o Ministério de Educação e Cultura (MEC), secretários de Estado via Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consede) e os secretários municipais da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

A elevação do patamar de qualidade do ensino no país depende de um esforço conjunto de todos os setores da

sociedade. As ações do movimento precisam ter continuidade e a população deve ser motivada a se manter unida em torno dos mesmos objetivos. Mais do que o apoio da sociedade, o *Compromisso* precisa conquistar a mobilização de cada brasileiro. “O sucesso do *Todos pela Educação* depende de uma nova atitude e de conquistas que serão feitas no dia-a-dia pelos alunos, professores, pais, cidadãos e governos”, destaca Gerdau, presidente do Conselho Consultivo do movimento. “Já houve os ecochatos. É preciso agora formar a rede dos ‘educachatos’. Cada um tem de ser um militante da causa da educação no Brasil”, convida Mathias, que integra o grupo de planejamento das ações de comunicação. O objetivo é fazer com que a educação se torne uma paixão nacional na vida dos brasileiros – como já é para Ludmila, Luiz Henrique e Paulo Sérgio.

O ensino que queremos – O principal objetivo do *Compromisso Todos pela Educação* é elevar a qualidade do ensino oferecido às crianças e jovens brasileiros. Para isso, foram definidas cinco metas consideradas exequíveis e mensuráveis que devem se tornar realidade até setembro de 2022 e podem ser simplificadas nos seguintes termos: 1) toda criança e jovem de 4 a 17 anos estará na escola; 2) toda criança até 8 anos deverá saber ler e escrever; 3) todo aluno aprenderá o que é apropriado para sua série de ensino; 4) todos devem concluir o ensino fundamental até 16 anos e terminar o ensino médio até os 19; e 5) o investimento em educação chegará a 5% do PIB e será bem gerido.

Antes de chegar à definição dessas metas, o grupo de



Compromisso Todos pela Educação: lançado em setembro de 2006, a proposta do movimento é reconquistar a independência do país pela melhoria da qualidade do ensino

Mathias, da Fundação Itaú: convite para que cada brasileiro se torne um militante da qualidade de ensino no país



Divulgação

líderes debateu durante três meses as questões do ensino no Brasil. Foram ouvidos 60 educadores, empresários, comunicadores e especialistas em problemas e possíveis soluções para a criação de um grande projeto nacional de melhoria da qualidade da educação brasileira. A grande pergunta era: afinal, o que é preciso mudar? Alguns indicadores apontam o caminho e mostram o abismo existente entre o nível de ensino oferecido hoje e aquele a que se pretende chegar em 2022. "Nunca houve no Brasil um projeto tão claro. Todas as experiências educacionais bem-sucedidas no país têm o respaldo da iniciativa privada", declara o economista e especialista em ensino Cláudio de Moura Castro.

No Brasil, na última década, houve um inegável avanço no acesso ao

ensino, mas 800 mil crianças entre 7 e 14 anos e 2 milhões de jovens entre 15 e 17 ainda estão fora da escola. Pior do que isso: o nível de conhecimento de um aluno brasileiro da 8ª série é equivalente ao de um da 4ª série nos países desenvolvidos. Lamentável também é que seis entre dez crianças terminam a 4ª série sem saber ler corretamente. São alfabetizados, mas analfabetos funcionais. Essas conclusões foram extraídas do Prova Brasil, um exame de avaliação de desempenho realizado pelo MEC.

Mensuração ágil e simples – As cinco metas do *Compromisso* são nacionais e a situação do ensino em cada Estado é verificada através da confrontação de dados – o que revela em quais aspectos cada um terá de investir maiores esforços. Justamente para permitir uma mensuração ágil e simples, as metas se baseiam em indicadores oficiais do Ministério da Educação pesquisados a cada um ou dois anos. É o cruzamento desses dados que permitirá o acompanhamento dos resultados do movimento. Para saber se houve, ou não, progressos. "Somente a meta de alfabetização ainda não conta com uma informação sistemática e confiável", explica Viviane Senna, coordenadora do Comitê Técnico do *Compromisso*.

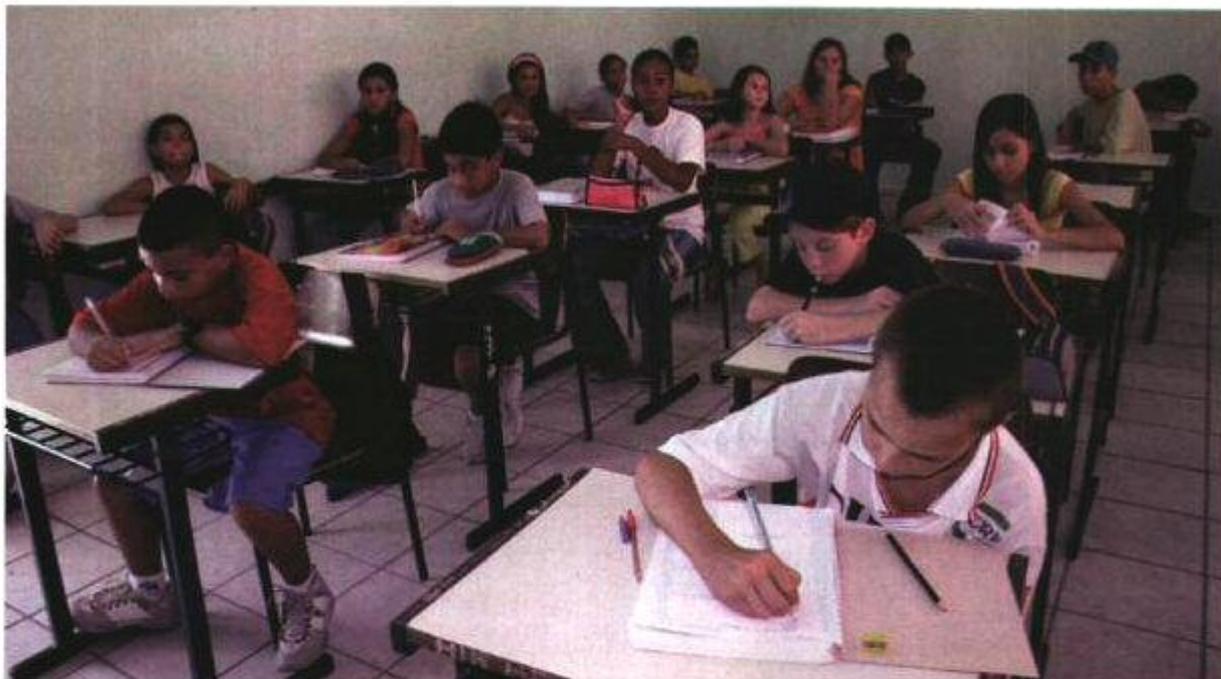
O Censo Escolar, realizado todos os anos pelo MEC, servirá de base para medir as metas 1 (inclusão no ensino) e 4 (conclusão dos cursos). Para acompanhar o resultado da alfabetização até 8 anos, o grupo do *Compromisso* discute com o ministério a criação de um exame específico. A qualidade do ensino será avaliada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) a cada

Prazer de estudar direito

Paulo Sérgio Alexandre Dias sentiu na pele a diferença entre a qualidade do ensino oferecido por uma escola particular e por uma pública. Ele cursou os primeiros anos do ensino fundamental num colégio privado. No segundo semestre da 5ª série, sua família teve de transferi-lo para a rede estadual. "Senti muita diferença. Eles ainda aprendiam o que eu já tinha visto na 4ª série", conta. O garoto atribui à família e aos bons professores que encontrou pelo caminho o estímulo para os estudos. Logo depois de concluir o ensino médio, prestou vestibular e ingressou no curso de Direito da Faculdade Ipa Metodista, em Porto Alegre. Paulo está entre os 38,7% dos estudantes gaúchos que completam o ensino médio até os 19 anos. Portanto, ele faz parte de uma minoria. "Eu sempre quis estudar, sempre gostei de ir à escola. Meu sonho é continuar estudando", afirma. Ele considera que todos têm sua parcela de responsabilidade pelos problemas no sistema educacional brasileiro: governo e população. "As pessoas esperam tudo de mão beijada, ninguém corre atrás." Paulo nunca se acomodou. Há quatro anos, trabalha num escritório de advocacia e mora sozinho. A educação, para ele, é um meio de ascensão social. "O conhecimento é a única coisa que a gente tem e ninguém tira", ensina.



Compromisso:
cinco metas até
2022 para elevar a
qualidade do
ensino no país



Divulgação

dois anos. Será feita uma comparação entre municípios e Estados e haverá um observatório com apoio da Unicef e da Unesco. Além desse acompanhamento executivo, as informações sobre as melhores práticas implantadas em busca das metas definidas vão ficar disponíveis e a divulgação dos resultados parciais vai ser periódica pelo site www.todospelaeducacao.com.br. Nesse mesmo endereço, já é possível se engajar na mobilização. “Cada pessoa, escola ou empresa tem uma colaboração diferente a oferecer. Depois da adesão, contará com o nosso apoio e monitoração”, explica José Paulo Soares Martins, diretor do Instituto Gerdau e coordenador do Comitê de Legitimação. A ideia é que a partir de agora cada Estado ou município passe a formar comitês com o apoio dos respectivos governos. “Os comitês são o canal fundamental para que cada um exerça a sua parcela de responsabilidade no processo. Precisamos criar redes de relacionamento”, diz Priscila Cruz, coordenadora executiva do *Compromisso*.

Esforços de divulgação – Algumas redes varejistas brasileiras já se compro-

meteram a encartar informações sobre a importância da qualidade do ensino em seus produtos. Também devem ser distribuídas cartilhas sobre o *Compromisso* em agências bancárias e empresas de comunicação de todo o país farão campanhas de divulgação do movimento a partir de mensagens simples e compreensíveis, como: “O seu filho já fez a lição de casa hoje?”.

No site do movimento, as pessoas são incentivadas a assumir “uma postura interessada, ativa e exigente em relação à educação dos filhos”. Essa seria, por exemplo, uma das formas de os pais contribuírem para a melhoria efetiva da qualidade do ensino no país. “Um dos maiores desafios é convencer a sociedade de que a educação é um direito a ser assegurado a todos os brasileiros”, destaca Viviane. Ela lembra que a escola pública é mantida com o dinheiro dos impostos embutidos em todos os produtos usados no dia-a-dia: do sabonete à caixa de fósforos. “Se isso ficar mais claro para a população, será mais fácil acompanhar o ensino, exigir, cobrar e interferir”, ressalta.

AS CINCO METAS ATÉ 2022 Compromisso Todos pela Educação

Meta 1 – Acesso e Permanência

98% das crianças e jovens de 4 a 17 anos estarão na escola

Meta 2 – Alfabetização

Toda criança de 8 anos saberá ler e escrever

Meta 3 – Qualidade

Pelo menos 60% dos alunos terão aprendido o que é apropriado para a sua série

Meta 4 – Fluxo e Conclusão

80% dos jovens terão completado o ensino fundamental até os 16 anos de idade e 70% devem concluir o ensino médio até os 19 anos

Meta 5 – Investimento

A partir de 2011 e até 2022, o investimento público em educação básica será o equivalente a 5% do PIB



Escolas públicas:
ensino muito
bem pago com
impostos de todos
os brasileiros

Lei de Responsabilidade Educacional - Não é missão do *Compromisso* alocar mais dinheiro da iniciativa privada para a educação no Brasil. A proposta é que o processo de melhoria da qualidade de ensino seja alcançado com recursos públicos. Nesse sentido, o que se pretende é que o investimento anual em educação suba de 3,5% para 5% do PIB até 2011 e se mantenha nesse nível pelo menos até 2022. A ampliação dos recursos também é defendida pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ainda em votação no Congresso. Mais dinheiro é sempre bem-vindo, mas esse não é o ponto fundamental do movimento. "O maior problema é a falta de

gestão dos recursos já existentes", aponta Mathias. Ele chega a propor a criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional nos moldes da atual Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa legislação, segundo ele, daria respaldo ao controle da sociedade sobre os recursos aplicados na educação, definiria diretrizes e também indicadores de qualidade a ser perseguidos em cada governo. "A iniciativa em favor da qualidade do ensino ultrapassa governos", faz questão de frisar.

O Brasil realmente gasta mal em educação. É o que se pode concluir do relatório divulgado em setembro pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No documento, o Brasil é considerado o país que tem a maior discrepância de investimentos entre alunos do ensino fundamental e superior. Proporcionalmente, os universitários brasileiros recebem muito mais recursos. Esse é o caminho inverso do adotado por países que recentemente promoveram revoluções educacionais. A importância do ensino fundamental e da continuidade das ações é ratificada pelo Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, feito anualmente pela Unesco. Em 2006, dos 163 países avaliados, 47 alcançaram a universalização na educação primária graças à continuidade do processo.

Tome-se como modelo a Coreia do Sul. Ao eleger a educação como prioridade, o governo passou a concentrar seus recursos no ensino fundamental. Ao mesmo tempo, fez-se um trabalho de conscientização dos pais para que acompanhassem mais de perto o desempenho escolar de seus filhos. Deu certo. Em 1960, a taxa de analfabetismo no país asiático era de 33%, enquanto no Brasil estava em 39%. Hoje, na Coreia, a taxa é de apenas 2% e no Brasil, 13%. As crianças sul-coreanas dedicam pelo menos dez horas diárias aos estudos e as brasileiras, cinco. Em exame realizado pela OCDE, a Coreia alcançou o



Panorama da educação no Brasil*

(% de crianças e jovens incluídos na escola por faixa etária)

Estado	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
SP	77,8	98,4	88,2
RS	57,0	97,9	84,3
PR	67,8	97,3	82,0
SC	73,7	98,7	85,7
MG	75,1	97,4	83,5
Média Brasil	74	97	84

*Alguns Estados selecionados
Fonte: Inep/Compromisso Todos pela Educação

3º lugar em Matemática e o 4º lugar em Ciências. Os estudantes brasileiros ficaram com a última e a penúltima colocações nas duas matérias. O Chile também fez a lição de casa. Nas últimas quatro décadas, implantou uma ampla reforma no ensino fundamental e no médio. O primeiro passo foi possibilitar o acesso à escola de todas as crianças e jovens entre 6 e 17 anos. Uma vez resolvida essa questão, todos os esforços se concentram na melhoria da qualidade do ensino.

O resto é lantejola – Há outras estatísticas internacionais que desabonam a educação brasileira. No país, a escolaridade média é de 4,9 anos, um número inferior ao da Costa Rica (6,1 anos), Argentina (8,8) e Estados Unidos



Divulgação

Martins (Gerdau), coordenador do Comitê de Legitimação: uma rede de relacionamentos vai facilitar que cada pessoa, escola ou empresa dê sua contribuição ao movimento

Viviane Senna: as cinco metas do movimento são baseadas nos indicadores oficiais do MEC para que os resultados sejam medidos de forma ágil e simples



Foto: Juan Guerra/Instituto Ayrton Senna

(12,1). De acordo com um estudo da Fundação Getúlio Vargas sobre desigualdades sociais, um ano a mais na escola pode representar até 15% de acréscimo na renda de uma pessoa.

O objetivo de modificar a realidade do ensino não é exclusiva do *Compromisso Todos pela Educação*. Em janeiro de 2001, o Congresso aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que também é baseado em metas a realizar até 2011. “O *Compromisso* não tem nada a ver com o PNE. Esta é uma iniciativa da sociedade civil capitaneada pelo meio empresarial”, lembra Moura Castro.

Uma das metas do PNE prevê que 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estejam matriculados no ensino superior daqui a cinco anos. Um estudo do plano revela que cresceu o número de estudantes que chega à conclusão do ensino médio, mas esse aumento não se refletiu no total de matriculados nas faculdades. Hoje, apenas 10,4% dos estudantes se encontram nessa situação. Os especialistas, no entanto, consideram que, neste momento, o ensino universitário não deve ser considerado um ponto crucial da qualidade do ensino no país. “A prioridade única na educação deve ser a qualidade do ensino básico. O resto é lantejola. A grande revolução no ensino universitário deve ser feita no ensino fundamental. Além das metas claras e fortes, é preciso ter as ferramentas, ensinar os pais, fazer pressão”, conclui Moura Castro. ■